



Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna

Chão Caipira

Departamento Municipal de Administração e Finanças
Divisão de Gestão Administrativa – Contrato N° 82/2024

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E CALÇADAS NA RUA JOÃO CARLOS PEREIRA NUNES - BAIRRO LARANJEIRAS, ACESSO AO EMPREENDIMENTO DO CDHU, DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA E A EMPRESA RODRIGUES E ORTIZ PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

1

CONTRATO N° 82/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2047/2024
EDITAL N°. 0026/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 0023/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF N°. 46.643.474/0001-52, Inscrição Estadual isenta, com sede nesta cidade, na Rua Humaitá, 20, Centro, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VICTOR DE CASSIO MIRANDA, brasileiro, solteiro, Administrador de Empresas, portador da cédula de identidade N°. 28.111.766-4 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob N°. 251.880.488-92, residente na Avenida Dr. Lincoln Feliciano da Silva - Paraibuna/SP.

CONTRATADA: EMPRESA RODRIGUES E ORTIZ PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, com sede na Rua Rua Dom Bosco, nº 609, Bairro Vila Ruth, na cidade de Paraibuna, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 29.604.968/0001-09, neste ato representada pelo Sr. Anderson de Faria Rodrigues, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 26.710.064-4 - SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 186.298-558-86.

As partes acima identificadas têm entre si justo o presente contrato compreendendo o objeto do presente edital, nos termos da proposta constante do processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 0023/2024 - Processo Administrativo nº 2047/2024, ao qual se acha vinculado e nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, dos Decretos Municipais nºs 4.129 de 11 de janeiro de 2024, e 3.717 de 30 de Junho de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E CALÇADAS NA RUA JOÃO CARLOS PEREIRA NUNES - BAIRRO LARANJEIRAS, ACESSO AO EMPREENDIMENTO DO CDHU, DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107, da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para a execução da obra é de 90 (noventa) dias, conforme Cronograma Físico Financeiro.

VICTOR DE CASSIO MIRANDA
25188048892

EDSON EDUARDO FARIA NOGUEIRA
15024603076



Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna

Chão Caipira

Departamento Municipal de Administração e Finanças
Divisão de Gestão Administrativa – Contrato N° 82/2024

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	DIAS					
			15	30	45	60	75	90
1.1	SINALIZAÇÃO DA OBRA	R\$ 938,43	R\$ 938,43					
1.2	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	R\$ 4.233,59	R\$ 4.233,59					
1.3	LOCAÇÃO DA OBRA	R\$ 4.558,15	R\$ 4.558,15					
1.4	LIMPEZA DO TERRENO	R\$ 11.061,50	R\$ 11.061,50					
1.5	ESCAVAÇÃO DO TALUDE	R\$ 61.388,04	R\$ 30.694,02	R\$ 30.694,02				
1.6	RETIRADA E EXECUÇÃO DE CERCA	R\$ 16.059,98	R\$ 16.059,98					
2.0	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 318.191,87		R\$ 106.063,95	R\$ 106.063,96	R\$ 106.063,96		
3.0	CALÇADAS	R\$ 100.959,75						R\$ 100.959,75
4.0	SINALIZAÇÃO VIARIA	R\$ 35.026,22		R\$ 17.513,11	R\$ 17.513,11			
5.0	DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS	R\$ 35.030,19				R\$ 11.676,73	R\$ 11.676,73	R\$ 11.676,73
6.0	MURO DE PROTEÇÃO CALÇADA	R\$ 108.091,34				R\$ 36.030,45	R\$ 36.030,45	R\$ 36.030,44
VALOR TOTAL		R\$ 695.539,05	R\$ 67.545,67	R\$ 154.271,08	R\$ 123.577,07	R\$ 153.771,14	R\$ 47.707,18	R\$ 148.666,92

2

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR/PREÇO

O valor total do presente contrato é de R\$ 695.539,05 (seiscentos e noventa e cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e cinco centavos), conforme proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, como segue:

LOCAL: RUA JOÃO CARLOS PEREIRA NUNES - BAIRRO LARANJEIRAS - PARAIBUNA S.P.
REF. BIFURCAÇÃO ATÉ O CONDOMÍNIO DA CDHU.

TABELA	CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	BDI 20,97%	VALOR TOTAL + BDI
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES								R\$ 98.239,68
1.1 - SINALIZAÇÃO DA OBRA								R\$ 938,43
CDHU 194	02.08.050	Placa em lona com impressão digital e estrutura em madeira	4,5	m²	R\$ 172,39	R\$ 775,76	R\$ 162,68	R\$ 938,43
1.2 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS								R\$ 4.233,59
CDHU 194	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	2	unxmês	R\$ 786,48	R\$ 1.572,96	R\$ 329,85	R\$ 1.902,81
CDHU 194	02.01.180	Banheiro químico modelo Standard, com manutenção conforme exigências da CETESB	2	unxmês	R\$ 963,37	R\$ 1.926,74	R\$ 404,04	R\$ 2.330,78
1.3 - LOCAÇÃO DA OBRA								R\$ 4.558,15
CDHU 194	02.10.060	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	2400	m²	R\$ 1,57	R\$ 3.768,00	R\$ 790,15	R\$ 4.558,15
1.4 - LIMPEZA DO TERRENO								R\$ 11.061,50
CDHU 194	02.09.040	Limpeza mecanizada do terreno, inclusive troncos até 15 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro e fora da obra, com transporte no raio de até 1 km	2400	m²	R\$ 3,81	R\$ 9.144,00	R\$ 1.917,50	R\$ 11.061,50

EDSON EDUARDO...
O PERIA...
NOGUEIR...
A...
15024833...
876



Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna

Chão Caipira

Departamento Municipal de Administração e Finanças
Divisão de Gestão Administrativa – Contrato N° 82/2024

1.5 - ESCAVAÇÃO DO TALUDE								RS	61.388,04
CDHU 194	07.01.020	Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	1350	m³	RS 15,68	RS 21.168,00	RS 4.438,93	RS 25.606,93	
CDHU 194	05.10.010	Carregamento mecanizado de solo de 1ª e 2ª categoria	1350	m³	RS 5,46	RS 7.371,00	RS 1.545,70	RS 8.916,70	
CDHU 194	05.10.023	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores a 5 km até o 10º km	1350	m³	RS 16,45	RS 22.207,50	RS 4.656,91	RS 26.864,41	
1.6 - RETIRADA E EXECUÇÃO DE CERCA								RS	16.059,98
CDHU 194	04.01.100	Retirada de cerca	200	m	RS 11,56	RS 2.312,00	RS 484,83	RS 2.796,83	
CDHU 194	34.05.020	Cerca em arame farpado com mourões de concreto	200	m	RS 54,82	RS 10.964,00	RS 2.299,15	RS 13.263,15	
2.0 - PAVIMENTAÇÃO								RS	318.191,87
CDHU 194	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km	1800	m²	RS 25,86	RS 46.548,00	RS 9.761,12	RS 56.309,12	
CDHU 194	54.01.210	Base de brita graduada (15 cm)	191,1	m²	RS 213,63	RS 40.824,69	RS 8.560,94	RS 49.385,63	
CDHU 194	54.03.240	Imprimação betuminosa impermeabilizante	1800	m²	RS 12,83	RS 23.094,00	RS 4.842,81	RS 27.936,81	
CDHU 194	54.03.230	Imprimação betuminosa ligante	1800	m²	RS 5,11	RS 9.198,00	RS 1.928,82	RS 11.126,82	
CDHU 194	54.03.210	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ - 4cm	72	m³	RS 1.298,31	RS 93.478,32	RS 19.602,40	RS 113.080,72	
CDHU 194	54.06.040	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	600	m	RS 49,29	RS 29.574,00	RS 6.201,67	RS 35.775,67	
CDHU 194	54.06.170	Sarjeta ou sarjetão moldado no local, tipo PMSP em concreto com fck 25 MPa	27	m³	RS 752,47	RS 20.316,69	RS 4.260,41	RS 24.577,10	
3.0 - CALÇADAS								RS	100.959,75
CDHU 194	54.01.400	Abertura de caixa até 25 cm, inclui escavação, compactação, transporte e preparo do subleito	600	m²	RS 21,77	RS 13.062,00	RS 2.739,10	RS 15.801,10	
CDHU 194	54.01.220	Base de bica corrida (10,00 cm)	60	m³	RS 198,57	RS 11.914,20	RS 2.498,41	RS 14.412,61	
CDHU 194	54.04.340	Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 6 cm, cor natural, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia	390	m²	RS 97,32	RS 37.954,80	RS 7.959,12	RS 45.913,92	
CDHU 194	54.04.342	Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 6 cm, colorido, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia (retangular vermelho)	210	m²	RS 97,75	RS 20.527,50	RS 4.304,62	RS 24.832,12	
4.0 - SINALIZAÇÃO VIÁRIA								RS	35.026,22
CDHU 194	70.02.012	Sinalização horizontal em laminado elastoplástico retrorefletivo e antiderrapante, para faixas	90	m²	RS 158,61	RS 14.274,90	RS 2.993,45	RS 17.268,35	
CDHU 194	70.01.031	Ondulação transversal em massa asfáltica - lombada tipo B	18	m²	RS 187,42	RS 3.373,56	RS 707,44	RS 4.081,00	
CDHU 194	70.03.003	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película III/III - área até 2,0 m²	1,5	m²	RS 1.443,90	RS 2.165,85	RS 454,18	RS 2.620,03	
CDHU 194	70.04.001	Coluna simples (PP), diâmetro de 2 1/2" e comprimento de 3,6 m	8	un	RS 1.142,52	RS 9.140,16	RS 1.916,69	RS 11.056,85	
5.0 - DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS								RS	35.030,19
CDHU 194	06.02.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	27	m³	RS 55,90	RS 1.509,30	RS 316,50	RS 1.825,80	
CDHU 194	06.11.040	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	9	m³	RS 17,38	RS 156,42	RS 32,80	RS 189,22	
CDHU 194	06.14.020	Carga manual de solo	18	m³	RS 11,18	RS 201,24	RS 42,20	RS 243,44	
CDHU 194	08.01.040	Escoramento de solo descontínuo	36	m²	RS 49,87	RS 1.795,32	RS 376,48	RS 2.171,80	
CDHU 194	46.12.280	Tubo de concreto (PA-3), DN= 400mm	12	m	RS 167,54	RS 2.010,48	RS 421,60	RS 2.432,08	
CDHU 194	46.12.180	Tubo de concreto (PA-3), DN= 600mm	6	m	RS 296,79	RS 1.780,74	RS 373,42	RS 2.154,16	
CDHU 194	49.12.058	Boca de leão simples tipo PMSP com grelha	4	un	RS 2.383,40	RS 9.533,60	RS 1.999,20	RS 11.532,80	

3

[Handwritten signature]

VICTOR DE CASSIO MIRANDA
25188048892

Rua Humaitá, 20, Centro, Paraibuna/ SP - CEP 12260-000 - Tel.: (12) 3974-2080
daniela.faria@paraibuna.sp.gov.br

ANDERSON DE FARIA RODRIGUES
962982886

EDSON EDUARDO FÁBIA NOGUEIRA
150248037



Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna

Chão Caipira

Departamento Municipal de Administração e Finanças Divisão de Gestão Administrativa – Contrato Nº 82/2024

CDHU 194	49.12.110	Poço de visita de 1,60 x 1,60 x 1,60 m - tipo PMSP	2	un	R\$ 5.889,50	R\$ 11.779,00	R\$ 2.470,06	R\$ 14.249,06
CDHU 194	11.18.040	Lastro de pedra britada	1,08	m ³	R\$ 177,45	R\$ 191,65	R\$ 40,19	R\$ 231,83
6.0 - MURO DE PROTEÇÃO CALÇADA								R\$ 108.091,34
CDHU 194	12.01.021	Broca em concreto armado diâmetro de 20 cm - completa	75	m	R\$ 60,61	R\$ 4.545,75	R\$ 953,24	R\$ 5.498,99
CDHU 194	06.02.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	18	m ³	R\$ 55,90	R\$ 1.006,20	R\$ 211,00	R\$ 1.217,20
CDHU 194	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	120	m ²	R\$ 90,24	R\$ 10.828,80	R\$ 2.270,80	R\$ 13.099,60
CDHU 194	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	1400,8	kg	R\$ 9,20	R\$ 12.887,36	R\$ 2.702,48	R\$ 15.589,84
CDHU 194	11.18.040	Lastro de pedra britada	5,4	m ³	R\$ 177,79	R\$ 960,07	R\$ 201,33	R\$ 1.161,39
CDHU 194	11.01.160	Concreto usinado, fck = 30 MPa	24	m ³	R\$ 452,03	R\$ 10.848,72	R\$ 2.274,98	R\$ 13.123,70
CDHU 194	11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	24	m ²	R\$ 80,58	R\$ 1.933,92	R\$ 405,54	R\$ 2.339,45
CDHU 194	14.11.221	Alvenaria de bloco de concreto estrutural 14 x 19 x 39 cm - classe B	240	m ²	R\$ 90,11	R\$ 21.626,40	R\$ 4.535,06	R\$ 26.161,46
CDHU 194	17.02.020	Chapisco	480	m ²	R\$ 15,00	R\$ 7.200,00	R\$ 1.509,84	R\$ 8.709,84
CDHU 194	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	240	m ²	R\$ 10,00	R\$ 2.400,00	R\$ 503,28	R\$ 2.903,28
CDHU 194	33.10.010	Tinta látex antimoho em massa, inclusive preparo	240	m ²	R\$ 25,31	R\$ 6.074,18	R\$ 1.273,76	R\$ 7.347,94
CDHU 194	08.05.180	Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 10kN/m e transversal de 9kN/m	300	m ²	R\$ 16,69	R\$ 5.007,00	R\$ 1.049,97	R\$ 6.056,97
CDHU 194	08.05.100	Dreno com pedra britada	12	m ³	R\$ 141,29	R\$ 1.695,45	R\$ 355,54	R\$ 2.050,99
CDHU 194	46.13.006	Tubo em polietileno de alta densidade corrugado perfurado, DN= 2 1/2", inclusive conexões	300	m	R\$ 7,80	R\$ 2.340,00	R\$ 490,70	R\$ 2.830,70
VALOR TOTAL								R\$ 695.539,05

4

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Este contrato fica vinculado ao Pregão Eletrônico nº 0023/2024, referente ao Processo nº 2047/2024, bem como seus anexos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor total para a execução do objeto deste Contrato incluem-se todo o custo e benefício decorrente da execução em horas extraordinárias, noturnas, dominicais e feriados, bem como todos os tributos ou encargos de qualquer natureza devidos pela CONTRATADA aos poderes públicos Federal, Estadual ou Municipal, diretamente relacionados com o objeto desta contratação, comprometendo-se a mesma a fornecê-los por sua conta, nos prazos e na forma da lei.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA compromete-se a manter, durante a vigência da presente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
25186048892

Rua Humaitá, 20, Centro, Paraibuna/ SP - CEP 12260-000 - Tel.: (12) 3974-2080
daniela.faria@paraibuna.sp.gov.br

EDSON EDUARDO
FARIA NOGUEIRA
15024803876

ANDERSON DE
FARIA
RODRIGUES-TSG
29855886



- b) Fornecer todos os insumos, equipamentos, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPI) e mão de obra necessária à realização dos serviços, de acordo com a legislação vigente;
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas em relatório;
- d) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- g) Manter as condições de saúde, higiene e segurança do trabalho no canteiro e áreas afins que englobam ou façam parte do objeto da contratação de acordo com as orientações do Ministério do Trabalho e Emprego, assim como suas respectivas normas regulamentadoras;
- h) Atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previsto nas legislações vigentes, além de possuir responsável técnico para a prestação do serviço conforme legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os trabalhos deverão ser executados por mão de obra especializada, devendo a contratada estar ciente e aplicar as normas técnicas correspondentes a cada serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO ÚNICO - São obrigações da Contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas para atender a esta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias, do presente exercício na classificação abaixo:

Fonte de Recurso: 01 Tesouro

02.07.01 - Setor de Serviços Urbanos

15.452.0008.1020 - Obras e Construções de Desenvolvimento de Infraestrutura Municipal

4.4.90.51 - Obras e Instalações

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
25188048892

EDSON
EDUARDO FARIAS
NOGUEIRA
15024803876

ANDERSON
DE FARIAS
RODRIGUES
06.79251882



CLÁUSULA OITAVA - DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO REGIME DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As Ordens de Execução dos Serviços, objeto desta licitação, serão expedidas pelo Departamento solicitante, de conformidade com o contrato firmado entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Ordem de Execução dos Serviços poderá ser entregue por qualquer meio que possibilite a comprovação de seu recebimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O regime de execução contratual, bem como os modelos de gestão e de execução constam no Memorial Descritivo e demais anexos.

6

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado o Sr. **Edson Eduardo Faria Nogueira**, como representante da Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUARTO - A fiscalização do contrato tem ainda, por obrigação:

a) Zelar para que o objeto da contratação seja cumprido, solicitar alterações caso seja necessário, encaminhar a autoridade superior as providências que não sejam de sua competência, entre outros, conforme contrato, bem como o manterá informado da situação das obras e demais informações que o mesmo achar pertinente;

b) A fiscalização do contrato deverá obedecer ao Decreto Municipal n.º 4129/2024 bem como demais legislações pertinentes ao assunto.

c) As vistorias e anotações serão realizadas em conformidade com o Decreto Municipal n.º 4.129/2024.

PARÁGRAFO QUINTO - Da execução e critério de aceitação do objeto:

a) O prazo para execução total é de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado desde que haja justificativa plausível e devidamente autorizada pelo setor competente;

b) A obra deverá obedecer ao ETP, projeto, memorial, orçamento e cronograma, bem como atender todas as normas vigentes;

c) O serviço será recebido provisoriamente e após 30 (trinta) dias, definitivamente;

d) Todos os materiais, serviços e documentos necessários deverão estar inclusos na proposta;

e) Caso o funcionário capacitado do setor requisitante encontre alguma divergência ou problemas de execução, como baixa qualidade, o serviço deverá ser refeito sem ônus a prefeitura;

f) A Empresa tem o prazo máximo de até 15(quinze) dias corridos para instalar a placa, contados a partir da Ordem de Início dos Serviços. Sendo a empresa totalmente responsável pela conservação da placa, devendo a mesma estar em perfeitas condições até a finalização dos serviços. Se porventura, houver a necessidade de reparos na placa, os mesmos deverão ser feitos integralmente pela empresa, sem custos adicionais ao município;

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
2518804889

2

EDSON
EDUARDO FARIA
NOGUEIRA
15024803878

ANDERSON DE
FARIA
RODRIGUES
23855864



Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna

Chão Caipira

Departamento Municipal de Administração e Finanças
Divisão de Gestão Administrativa – Contrato N° 82/2024

CLAUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato, sem a anuência da autoridade competente, manifestada após o reconhecimento da ocorrência de motivo justificado e formalizado, mediante o qual se mantenha a integral responsabilidade da mesma contratada pelo fornecimento satisfatório do objeto licitado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será realizado por medições, conforme o cronograma físico-financeiro, em até 03 (três) medições, sendo a primeira realizada 30(trinta) dias corridos após a Ordem de Início e a restante com um intervalo mínimo de 30 dias entre si, respeitando o cronograma físico-financeiro, somente após a finalização e aprovação dos serviços. O serviço deverá ser aceito por responsáveis técnicos do setor de engenharia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A emissão da Nota Fiscal deverá ser feita após a emissão da Ordem de Serviço de Medição da Prefeitura, que será encaminhada para a empresa para a emissão da Nota Fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento pelos produtos que compõem o objeto desta licitação ocorrerá após empenho e consequente liquidação da despesa, em até 30 (trinta) dias da aceitação da competente nota fiscal de entrega do objeto;

PARÁGRAFO QUARTO - Na ocorrência da rejeição de nota fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no segundo parágrafo deste item passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

PARÁGRAFO QUINTO - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura, tal prazo estender-se-á até o primeiro dia útil subsequente.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de inadimplemento da obrigação o valor da parcela em atraso será atualizado monetariamente pelo IPCA-E, incidente entre a data do inadimplemento e o efetivo pagamento;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Para o fim de correção monetária, será considerada como data do vencimento o primeiro dia útil subsequente ao 30º(trigésimo) dia, contado da data da apresentação da Nota Fiscal ou de sua regularização, na forma do Parágrafo Terceiro.

PARÁGRAFO OITAVO - Contratante se reserva no direito de não efetuar o pagamento se o objeto ofertado não corresponde as especificações técnicas;

PARÁGRAFO NONO - Em caso de irregularidades do objeto ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir das correspondentes regularizações.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os arquivos na extensão “.xml” referente à Nota Fiscal Eletrônica deverão ser encaminhados para o e-mail: nfe@paraibuna.sp.gov.br

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CRITÉRIO DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de obras, serviços e compras e 50%, no caso de reforma de edifícios ou equipamentos.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

PARÁGRAFO ÚNICO - Após o interregno de 1 ano e nos termos do artigo 92, §3º da Lei nº 14.133/2021, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, pela variação do Índice IPCA-E FIPE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial, com a data base vinculada a data do orçamento estimado.

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
25-186048892

EDSON EDUARDO
FARIA NOGUEIRA
15024803876



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Conforme prevê o artigo 124, II, “d” da Lei Federal 14.133/2021, é possível restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do instrumento em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do instrumento tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A administração responderá ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.

8

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

II - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

VI - fraudar a licitação

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VIII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

IX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente, conforme previsto no edital, quando:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause danos à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos de interesse coletivo;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado aceito pela Administração;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo, cometer ou participar de fraude de qualquer natureza na contratação ou execução do contrato;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

EDSON EDUARDO
FARIA NOGUEIRA
15024803876

ANDERSON DE
FARIA
RODRIGUES 106298
33696

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
26 1880 41892



h) Entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

PARÁGRAFO QUINTO - As multas serão aplicadas:

I - Para as infrações previstas no item I, II e III, a multa será de 0,5% a 10% do valor da parcela inexecutada, no caso de inexecução parcial, ou do contrato, no caso de inexecução total.

II - Para as infrações previstas nos itens IV, V, VI, VII, VIII e IX, a multa será de 5% a 20% do valor do contrato licitado.

PARÁGRAFO SEXTO - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO OITAVO - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II e III, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PARÁGRAFO NONO - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens V, VI, VII, VIII e IX, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens I, II e III, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
25188048892

EDSON
EDUARDO FARIA
NOGUEIRA
15024803876

ANDERSON DE
FARIA
RODRIGUES
29855886



Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna

Chão Caipira

Departamento Municipal de Administração e Finanças Divisão de Gestão Administrativa – Contrato Nº 82/2024

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sem prejuízo das hipóteses acima arroladas, o contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputa, desde que haja interesse da administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO QUARTO - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, sem prejuízos das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados à Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna, os direitos elencados no artigo 139 da Lei Federal nº14.133/2021, sem prejuízos das sanções cabíveis.

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
25188048892

EDSON
EDUARDO FARIA
NOGUEIRA
15024803675



CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Licitador, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá anular ou revogar a qualquer momento o presente procedimento, por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A anulação ou revogação do procedimento licitatório abrange à do instrumento contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Proponente não terá direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

11

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituem prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As partes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

- a) *Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - Decreto n.º 3.678/2000;*
- b) *Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - Decreto n.º 5.410/2002;*
- c) *Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - Decreto n.º 5.678/2006*

PARÁGRAFO TERCEIRO - A contratada declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei n.º 12.846/2013;

PARÁGRAFO QUARTO - A contratada se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei n.º 12.846/2013;

PARÁGRAFO QUINTO - A contratada, no desempenho das atividades objeto deste instrumento, compromete-se perante ao Órgão Gerenciador a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei n.º 12.846/2013, art. 5º.

PARÁGRAFO SEXTO - Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa - PAR, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;

b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846/2013.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A contratada obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
25188048892

EDSON EDUARDO
FARIA NOGUEIRA
15024803878

ANDERSON DE
FARIA
RODRIGUES: 186
256552694



TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

CONTRATADA: RODRIGUES E ORTIZ PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

CONTRATO Nº.: 82/2024

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para obra de pavimentação asfáltica, drenagem e calçadas na Rua João Carlos Pereira Nunes - Bairro Laranjeiras, acesso ao empreendimento do CDHU, da Estância Turística de Paraibuna.

13

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº. 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP - CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº. 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso, e, de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Paraibuna, 21 de agosto de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Victor de Cassio Miranda

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 251.880.488-92

Assinatura:

VICTOR DE
CASSIO
MIRANDA
25188048892

EDSON
EDUARDO
FARIA
NOGUEIRA
15024803876



Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna

Chão Caipira

Departamento Municipal de Administração e Finanças Divisão de Gestão Administrativa – Contrato Nº 82/2024

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Victor de Cassio Miranda

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 251.880.488-92

VICTOR DE CASSIO MIRANDA
25188048892

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO CONTRATANTE:

Nome: Victor de Cassio Miranda

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 251.880.488-92

VICTOR DE CASSIO MIRANDA
25188048892

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome: Anderson de Faria Rodrigues

Cargo: Representante

CPF: 186.298-558-86

ANDERSON DE FARIA RODRIGUES:18629855886
Assinado de forma digital por ANDERSON DE FARIA RODRIGUES:18629855886
Dados: 2024.08.21 12:44:57 -03'00'

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Leila Aparecida Sales Lopes Rangel

Cargo: Diretora do Departamento Municipal de Administração e Finanças

CPF: 047.253.708-35

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Edson Eduardo Faria Nogueira

Cargo: Engenheiro Civil

CPF: 150.248.038-76

EDSON EDUARDO FARIA NOGUEIRA:15024803876
Assinado digitalmente por EDSON EDUARDO FARIA NOGUEIRA:15024803876
Dados: 2024.08.21 18:02:10
Para Realizar Versão: 9.5.0

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna

Chão Caipira

Departamento Municipal de Administração e Finanças
Divisão de Gestão Administrativa – Contrato Nº 82/2024

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

CNPJ Nº: 46.643.474/0001-52

CONTRATADA: RODRIGUES E ORTIZ PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ Nº: 29.604.968/0001-09

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 82/2024

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2024

VIGÊNCIA: 21/08/2024 à 21/08/2025

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para obra de pavimentação asfáltica, drenagem e calçadas na Rua João Carlos Pereira Nunes - Bairro Laranjeiras, acesso ao empreendimento do CDHU, da Estância Turística de Paraibuna

VALOR (R\$): 695.539,05 (seiscentos e noventa e cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e cinco centavos)

15

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) estudo técnico preliminar e termo de referência;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

Estância Turística de Paraibuna, 21 de agosto de 2024.

RESPONSÁVEL:

Nome: Victor de Cassio Miranda

Cargo: Prefeito Municipal

E-mail: prefeito@paraibuna.sp.gov.br

Assinatura: _____

VICTOR DE CASSIO MIRANDA
 CASSIO MIRANDA
 2518804889

PELA CONTRATADA:

Nome: Anderson de Faria Rodrigues

Cargo: Representante

CPF: 186.298-558-86

ANDERSON DE FARIAS RODRIGUES:18629855886
 Assinado de forma digital por ANDERSON DE FARIAS RODRIGUES:18629855886
 Dados: 2024.08.21 12:46:13 -03'00'

Assinatura: _____